



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE  
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia  
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

## A FUNÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR

PIZOLI, Rita de Cássia – FAFIPA

[ritapizoli@seed.pr.gov.br](mailto:ritapizoli@seed.pr.gov.br)

Eixo temático: Didática: teorias, metodologias e práticas.

Agência financiadora: Não contou com financiamento

### Resumo

Este trabalho apresenta um relato de experiência, ocorrida em uma escola de pequeno porte, no noroeste do Paraná, entre os anos de 2007 e 2008. Trata-se da apresentação do processo de reorganização do Conselho de classe, os impasses e avanços obtidos. A hipótese de que o Conselho de classe é um componente-chave no movimento de totalidade da organização do trabalho pedagógico está no centro deste trabalho, que visa apontar caminhos para a realização da avaliação formativa, dentro das possibilidades oferecidas pela escola, no atual momento histórico. A análise da prática é feita a partir da compreensão da escola como instituição que sofre as contradições da sociedade capitalista, e ao mesmo tempo tenta realizar uma função emancipadora. Parte-se da histórica função de culpabilização dos alunos pelo seu fracasso, atribuída no Conselho de classe e relaciona-se com as concepções de aprendizagem expressas pelos professores e pelo currículo. A vinculação entre Conselho de classe, planejamento e projeto político pedagógico, norteados pela concepção teórico-metodológica histórico-cultural é o horizonte proposto diante das possibilidades de organização do trabalho pedagógico escolar. A reorganização do conselho de classe é proposta pela equipe pedagógica, que acompanha o processo junto aos professores, alunos e pais, durante três momentos distintos e entrelaçados denominados: pré-conselho, conselho e pós-conselho. As três etapas objetivam a avaliação e recondução do processo de ensino-aprendizagem, levando cada sujeito envolvido a assumir sua função no processo. Foram constatados avanços importantes, contudo as dificuldades advindas do campo estrutural da sociedade capitalista desestabilizam os esforços pela superação do fracasso escolar.

**Palavras-chave:** Conselho de classe. Currículo. Avaliação. Projeto Político Pedagógico.

### Introdução

Historicamente, o Conselho de classe cumpriu uma função aliada à culpabilização dos alunos que não conseguiam notas suficientes. A justificativa era sempre encontrada nos problemas comportamentais ou na falta de interesse movida pela pobreza da família ou da

carência afetiva. Dessa forma, a única função do Conselho era levantar a quantidade de alunos com notas baixas. Não havia discussão sobre os encaminhamentos a serem tomados para a recuperação de conteúdos, nem sobre a prática pedagógica do professor. Dessa forma, o Conselho de Classe manifestava-se como um instrumento legitimador do fracasso escolar de grande parte dos alunos.

Embora tenha sido apontada, em vários estudos, como reprodutora das desigualdades sociais, essa prática ainda acontece, se não de uma maneira geral, de forma mascarada, quando não se realiza um estudo sobre a função dessa instância colegiada. O estudo da legislação e do regimento escolar pela equipe pedagógica e corpo docente aponta a necessidade de reorganizar o Conselho de classe em momentos de preparação e de execução, com ações distintas para professores, alunos e pais.

Assim, o Conselho de classe desdobra-se em: pré-conselho, conselho e pós-conselho, centrando-se na reflexão sobre a prática pedagógica, o planejamento, a avaliação e a recuperação de estudos, contribuindo para que os problemas de aprendizagem sejam detectados e, a partir desse diagnóstico, serem encaminhadas ações que visem solucionar esses problemas e garantir a aprendizagem de todos, conforme o objetivo central do Projeto Político Pedagógico da escola.

A hipótese de que o Conselho de classe deve estar no movimento de totalidade de organização do trabalho pedagógico, sendo um dos componentes-chave desse processo, atuando como momento de decisões para a recondução da prática pedagógica está na base deste trabalho, que visa refletir sobre os caminhos que o Conselho de classe pode assumir para tornar-se um espaço emancipador. Neste trabalho, apresenta-se uma possibilidade de organização do Conselho de classe, numa escola estadual de pequeno porte, a partir da experiência realizada nos anos de 2007 e 2008.

### **O Conselho de Classe e o processo de avaliação do trabalho pedagógico**

Por meio da Deliberação n 007/99, do Conselho Estadual de Educação, foram instituídos no Paraná, os Conselhos de Classe, como um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa. Sua finalidade é intervir em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem e indicar alternativas que busquem sanar as dificuldades e garantir a aprendizagem dos alunos. A coleta e organização dos dados a serem analisados durante a reunião do colegiado é de responsabilidade da equipe pedagógica.

O Conselho de classe deve suscitar as decisões a respeito da recondução do processo ensino-aprendizagem. Como processo auxiliar de aprendizagem, ele deve refletir a ação pedagógica e não apenas se ater a notas ou problemas comportamentais de determinados alunos. Deve ser encarado como um momento e um espaço privilegiado para a realização de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa, onde professores, alunos e equipe pedagógica participem ativamente. O Conselho verifica se os objetivos, processos, conteúdos e relações estão coerentes com a Proposta Pedagógica da escola, sendo também um instrumento de avaliação da mesma.

De acordo com o Regimento escolar,

Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino-aprendizagem (PARANÁ, 2008, p.14).

Existe uma conexão entre o Conselho de Classe e o Projeto Político Pedagógico, assim, práticas que fazem desse espaço um local de culpabilização dos alunos, não colaboram para que o objetivo dessa instância colegiada seja cumprido.

Para Mattos (2005), o Conselho de classe reflete as concepções de aprendizagem e de desenvolvimento psíquico em que os professores acreditam e se baseiam para dar suas aulas. Reflete também a compreensão da função social da escola, ou seja, a concepção filosófica e sociológica que compreende a escola como emancipadora ou reprodutora das desigualdades sociais.

Historicamente, os Conselhos de classe têm refletido a crença na concepção de aprendizagem inatista, que explica o fracasso do aluno como resultado de sua deficiência genética ou de seu comportamento inadequado. Com relação à função social da escola, esta aparece como reprodutora da ordem social capitalista onde a divisão entre capazes e incapazes encontram justificativa nas diferenças sociais das famílias, na ausência de participação nos diferentes espaços sociais exteriores à escola.

Para que o Conselho de classe se aproxime da sua real função, que é proporcionar crescimento intelectual para os alunos com dificuldades, é necessário que a discussão esteja voltada para a avaliação do trabalho pedagógico, visando a recondução das ações pedagógicas de forma planejada. O referencial teórico-metodológico histórico-cultural, baseado em Vigotski, dá base para a compreensão do processo de aquisição do conhecimento de forma social e histórica e não inata. Essa concepção de aprendizagem norteia todo o processo de organização do currículo, do planejamento das aulas e da avaliação, interferindo nas decisões do Conselho de Classe. A aprendizagem para Vigotski é um processo histórico e social, não inato, e a escola, bem como o professor são mediadores essenciais entre a aprendizagem escolar e o desenvolvimento intelectual do aluno. Para Vigotski 2001, apud Gasparin, 2002, p.87,

A aprendizagem é um momento interiormente indispensável e universal no processo de desenvolvimento de peculiaridades não naturais mas históricas do homem na criança. Toda aprendizagem é uma fonte de desenvolvimento que suscita para a vida uma série de processos que, sem ela, absolutamente não poderiam surgir.

Portanto, “cabe ao ensino escolar, a importante tarefa de transmitir à criança os conteúdos historicamente produzidos e socialmente necessários (DUARTE, 1996, p.98)”, por meio de uma organização curricular que considere os processos de desenvolvimento psíquico do aluno, preparando os conteúdos e avaliações, a cada momento do processo pedagógico, de acordo com a zona de desenvolvimento proximal.

Mais importante para a escola não é tanto o que a criança já aprendeu quanto o que ela é capaz de aprender, e a zona de desenvolvimento imediato é quem determina quais as possibilidades da criança no plano da assimilação daquilo que ela ainda não domina e assimilação sob orientação, com ajuda, por indicação e em colaboração (Vigotski, 2001 apud Gasparin, 2002, p.88).

A compreensão de como se dá a relação entre a aprendizagem e o desenvolvimento é essencial para a organização do trabalho pedagógico e, a partir dessa compreensão os equívocos ocorridos historicamente durante o conselho de classe dão lugar a uma reflexão onde o processo de avaliação é pensado como um componente do processo de formação de conceitos e não como verificação e diferenciação entre capazes e incapazes.

Porém, a construção de um planejamento histórico-cultural, onde o Conselho de classe atue com sua real função, enfrenta inúmeros desafios, que não estão separados das conseqüências do atual modelo econômico fundado nas desigualdades sociais, causa principal do fracasso escolar.

O sistema escolar seletivo e reprodutor das desigualdades de classes sociais presente nas denúncias feitas no período da redemocratização dos anos de 1980, continua a funcionar, ainda que de forma mascarada. As reformas educacionais operadas a partir da década de 1990, como parte dos ajustes ao sistema financeiro mundial, garantiram ampliação do prédios escolares e o aumento do número dos alunos matriculados no sistema escolar. Políticas sociais compensatórias, como a Bolsa Família, têm focalizado a família como instituição social responsável pela manutenção das crianças na escola. O enfoque na educação como fator de desenvolvimento social e promoção da equidade são recomendações dos organismos internacionais (Banco Mundial, UNESCO, PNUD) que, desde a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, vem influenciando na formulação das políticas públicas para a educação nos diversos países periféricos.

O Estado resolveu apenas uma interface do problema educacional brasileiro ao garantir a obrigatoriedade para a maioria das crianças em idade escolar. O problema raiz não foi resolvido, já que, as reformas educacionais não interferem nas mediações econômicas macro-estruturais, real causa da pobreza e desigualdade social. A aprendizagem é perseguida nos programas de avaliação do governo e, publicações divulgam as experiências pedagógicas das escolas onde o índice da “Prova Brasil” é maior. Geralmente, essas divulgações enfatizam a presença do terceiro setor e das famílias, bem como, das metodologias escolanovistas no processo de aprendizagem. Dessa forma, mascara-se o real problema do fracasso escolar, transferindo sua responsabilidade para a esfera individual e para a comunidade local. A aprendizagem almejada refere-se à aquisição de competências para a convivência harmoniosa numa sociedade aparentemente democrática, mas radicalmente desigual.

Não basta afirmar que todas as crianças têm o direito de aprender, como fazem os organismos internacionais. É preciso explicitar qual a concepção de aprendizagem em que as crianças devem ser ensinadas. No processo dialético de transformação social, a escola só terá uma função emancipadora, se possibilitar a aprendizagem integral, na perspectiva onilateral,

apontada por Marx, fornecendo conteúdos histórico-críticos, onde a concepção de desenvolvimento psíquico esteja fundamentada na teoria histórico-cultural.

É preciso insistir no planejamento pautado por essa concepção, entendendo que apenas na teoria materialista dialética os conflitos sociais são explicitados e compreendidos, colaborando para a interpretação histórica dos fatos e posicionamento consciente diante deles. Os problemas decorrentes de uma prática pedagógica emancipatória serão constantes e exigirão o compromisso de todos os envolvidos, já que, o embate travado no interior da escola extrapola seus muros. O Conselho de classe, nesse contexto está vinculado ao currículo, ao Projeto Político Pedagógico e colabora para a avaliação e recondução do processo ensino-aprendizagem.

### **A articulação necessária com o Planejamento**

A construção de um currículo fundamentado na concepção de aprendizagem histórico-cultural implica no compromisso de planejar as aulas em consonância com essa opção teórico-metodológica. A construção do Conselho de Classe num espaço emancipatório, conforme compreendemos e propomos nesse trabalho, deve estar entrelaçada com o Plano de Trabalho Docente. Isso ocorre quando, durante o pré-conselho, os professores refletem sobre a prática pedagógica que vem sendo desenvolvida e o desempenho dos alunos nas avaliações propostas. O pré-conselho deve ser feito com os professores e com os alunos. Na primeira etapa, o professor deverá fazer uma auto-avaliação, respondendo aos seguintes questionamentos:

- a) Dificuldades ou avanços com relação aos conteúdos;
- b) Mudanças necessárias com relação aos encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos;
- c) Critérios de avaliação e instrumentos diferenciados em consonância com a metodologia utilizada, número de avaliações e valor atribuído;
- d) Nova intervenção pedagógica ou recuperação de estudos (trabalhos feitos em grupo, pesquisas orientadas, entre outros).

As questões são respondidas em questionário próprio, junto com a pedagoga da escola, utilizando-se a hora-atividade do professor e organizando-se um cronograma para que todos os professores possam ser atendidos.

Os alunos também analisam seu desempenho do bimestre/trimestre, levantando os problemas e propondo ações concretas ou atitudes que podem produzir as modificações desejadas, no âmbito coletivo e individual. Os alunos, na turma, com os colegas e a pedagoga, respondem as seguintes questões:

- a) Quais as dificuldades que a turma encontrou durante o bimestre/trimestre?
- b) Quais os conteúdos mais difíceis?
- c) Em quais aspectos a turma avançou?
- d) Que ações concretas a turma pode adotar para superar as dificuldades?

Na segunda etapa é realizado o Conselho de Classe propriamente dito, com horário e data marcada previamente no calendário escolar. Os dados obtidos no pré-conselho, organizados sistematicamente são apresentados pela pedagoga. Ela encaminhará as propostas de recuperação dos alunos que não atingiram uma aprendizagem satisfatória dos conteúdos e delegará as responsabilidades de cada membro do Conselho. As propostas devem partir da reestruturação do Plano de Trabalho Docente e seus componentes, bem como encaminhamentos que extrapolem esse âmbito como os encaminhamentos para profissionais especializados que encaminharão o aluno para salas de recursos. O professor da sala de recursos, presente no Conselho, também explicitará a sua avaliação dos alunos que frequentam esse serviço especializado de apoio no contra turno e apontará sugestões e procedimentos metodológicos específicos para cada caso.

Além dos procedimentos de cunho individuais, a serem inseridos no planejamento das aulas para recuperar os conteúdos dos alunos que apresentam dificuldades, devem ser levantadas outras ações que o coletivo pode programar para melhorar o desempenho da turma no processo ensino aprendizagem. As ações relacionadas com melhoria do comportamento devem ser objeto de reflexão no Conselho, mas não podem tornar-se o aspecto central das discussões. As regras, valores e condutas fazem parte do Regimento escolar, um conjunto de normas que devem ser perseguidas no cotidiano a fim de realizar o objetivo maior presente no Projeto Político Pedagógico, que é propiciar condições de aprendizagem a todos os alunos. Os desvios e dificuldades encontrados devem ser encaminhados aos órgãos competentes, em parceria com a rede de proteção da criança e do adolescente do município.

No Conselho, também devem ser elencadas as responsabilidades do pedagogo, com relação ao encaminhamento individual dos alunos, como entrevistas com a família,

encaminhamentos para profissionais específicos e organização de reuniões coletivas com os responsáveis, para tomada de decisões sobre o processo de aprendizagem dos alunos.

A partir das discussões com os pares, os professores devem rever o Plano de Ação Docente, propondo mudanças necessárias para o próximo bimestre/trimestre. Essas mudanças serão discutidas na terceira etapa, chamada pós-conselho, realizada com o professor e com o pedagogo. Com relação às turmas, o pedagogo retorna às salas de aula e discute as ações que devem ser assumidas por todos, para resolver cada problema levantado pelos alunos e pelos professores. Os casos individuais devem receber orientação com data marcada, com ou sem a presença dos pais, dependendo da ação que deve ser realizada.

Essas orientações fizeram parte da organização do trabalho pedagógico considerando a reorganização do Conselho de classe como eixo central do processo ensino-aprendizagem. Durante os anos de 2007 e 2008 investiu-se nessa reorganização, articulando o Conselho de Classe com o PPP e com o planejamento. A participação dos professores e mudança de postura durante as reuniões foram conseqüência da mudança na exposição dos dados, coletados e organizados pela equipe pedagógica com antecedência. A centralidade do ensino-aprendizagem substituiu o enfoque comportamental e individual dado à análise dos resultados do desempenho dos alunos e o colegiado e, gradativamente, constituiu-se um espaço de reflexão e tomada de decisões.

A conseqüente reestruturação do planejamento no pós-conselho de classe, implicou no estudo de novos procedimentos metodológicos para o ensino dos conteúdos específicos, de cada área do conhecimento e, nesse sentido, surgiram muitos desafios relacionados à formação dos professores. A opção pelo referencial teórico-metodológico histórico-cultural, só se concretiza, se os procedimentos didáticos realizados na sala de aula, forem coerentes com essa opção. Os professores constataram a distância entre a teoria e a prática e a necessidade de participação em grupo de estudos, cuja discussão propicie a instrumentalização de procedimentos didáticos, nas diversas disciplinas, para o ensino dos conteúdos, de forma histórica.

A reorganização do Conselho de classe é um passo importante na organização do trabalho pedagógico, porém, as mudanças de concepções diante da avaliação do desempenho dos alunos, são insuficientes diante da problemática referente ao fracasso escolar. As dificuldades esbarram nas questões estruturais e condições de trabalho dos professores, que dividem-se em várias escolas, atuando em salas numerosas, sendo substituídos

frequentemente por professores temporários. Essa situação proporciona descontinuidade na organização dos conteúdos durante o ano, e impossibilidade de realização da avaliação diagnóstica e formativa, tornando o processo desgastante e com poucas perspectivas de crescimento para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

### **Considerações finais**

Considerando as mudanças ocorridas no Conselho de classe após as orientações advindas da Deliberação n 007/99, não podemos negar que a reorganização dessa instância colegiada nas escolas significou um avanço para a organização do trabalho pedagógico e na concepção de avaliação. No entanto, para que haja mudanças efetivas com relação à superação do fracasso escolar, é necessário que as mudanças realizadas no campo das concepções estejam acompanhadas de alterações no campo da materialidade.

A organização do currículo, do conselho de classe e do trabalho pedagógico não se dá de forma isolada, no interior da escola. Esses aspectos estão imbricados com a organização econômica e política da sociedade capitalista, excludente e desigual. Portanto, a aprendizagem de todos os alunos não depende somente da competência da equipe docente e pedagógica. É impossível superar as desigualdades do âmbito educativo e cultural sem, concomitantemente, superar a materialidade de relações sociais que a produzem (FRIGOTTO,2005).

### **REFERÊNCIAS**

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **O conselho de classe e a construção do fracasso escolar**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p.215-228, mai/ago 2005.

PARANÁ. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar**. Secretaria de Estado de Educação. Curitiba, 2008.